

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.855 - PB (2019/0300238-8)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : EDGLEITON SILVA DE SOUZA**  
**ADVOGADO : EDGLEITON SILVA DE SOUZA - PB026554**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**PACIENTE : GEAZI SOUSA CRUZ (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GEAZI SOUSA CRUZ contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba proferido no HC n.º 0000546-03.2019.815.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito no dia 09/08/2019, convertida a custódia em prisão preventiva, sendo posteriormente denunciado como incurso no art. 157, § 2.º, inciso II, e § 2.º-A, inciso I, por duas vezes, na forma do art. 70, primeira parte, e no art. 157, § 2.º, inciso II, e § 2.º-A, inciso I, na forma do art. 71, todos do Código Penal.

Inconformada com a prisão cautelar, a Defesa formulou pedido de revogação da custódia, que foi indeferido pelo Juízo de primeira instância, e impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Nas razões deste *writ*, alega o Impetrante que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, encontrando-se amparado tão somente na gravidade abstrata do delito.

Sustenta que não se encontram preenchidos os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Afirma que "*o paciente é trabalhador honesto, pois, tem renda proveniente das corridas realizadas pelo aplicativo POP 99, tem residência fixa com local plenamente conhecido, sendo muito bem quisto pela vizinhança e nunca se envolveu em nenhum processo criminal, conforme demonstra seus antecedentes criminais acostado aos autos*" (fl. 5).

Aduz, ainda, ser cabível a substituição da custódia por medidas cautelares diversas.

# Superior Tribunal de Justiça

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares alternativas.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que se consignou na decisão que indeferiu o pedido de revogação da custódia cautelar (fl. 66; sem grifos no original):

"[...]

***O Réu é tido como participante de ação delitiva em que se teria realizado assalto a veículos pertencentes a duas vítimas distintas, em que se teria utilizado de arma de fogo para se impor ameaça aos ofendidos, denotando-se destacada gravidade nos fatos narrados nos autos.***

***Embora tenha alegado que realizou corrida de aplicativo e foi forçado a praticar os roubos descritos no AFP, tenho que os elementos dos autos indicam a materialidade delitiva, bem como fortes indícios de que o Indiciado participou, volitivamente, dos roubos relatados nos autos.***

*Além disso, a narrativa das vítimas indicam que, ao contrário do que alega o Réu, ele teria participado dos fatos de forma livre e consciente, mormente porque teve oportunidades de evadir-se quando os passageiros desciam do carro e anunciavam o assalto.*

*Por outro lado, quando foi liberado pelos assaltantes, deveria ter buscado relatar os fatos às autoridades policiais.*

*Assim, não se vê crível, na ausência de outros elementos, a argumentação de que o indiciado foi forçado a participar dos assaltos praticados. É que indicou os locais onde teriam sido deixados os veículos roubados, bem como demonstrou ser íntimo de ao menos um dos outros dois elementos, sabendo onde reside, posto que levou os policiais até a residência deste, possibilitando-se que fossem os bens recuperados.*

***O fato é grave e fartos são os elementos de materialidade. A autoria também se vê delineada pelos indícios coligidos.***

Como se percebe, tais fundamentos não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente porque a jurisprudência firme desta Corte Superior considera idônea a fundamentação para a manutenção da prisão preventiva com base na **gravidade concreta** da conduta, a revelar a necessidade de acautelar a ordem pública.

Nesse sentido:

**"HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ART. 387, § 1º, DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA E REGIME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DENEGADA.**

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, pois evidenciam a gravidade em concreto da conduta delitiva, roubo com emprego de arma de fogo e em concurso com três agentes.

3. As matérias relativas ao reconhecimento da confissão espontânea do réu e da alteração do regime inicial de cumprimento de pena não foram efetivamente analisadas pelo Tribunal de Justiça estadual, o que não autoriza a inauguração, neste ponto, da competência do Superior Tribunal de Justiça.

4. Ordem denegada." (HC 477.893/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 02/10/2019.)

Conclui-se, desse modo, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, os quais deverão fornecer, ainda, a chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora